

Dívida externa: camisa-de-força para o crescimento

A questão da dívida externa dos países do Terceiro Mundo ganhou dois novos componentes já neste início de 1989. Dois integrantes do Clube do Rio, grupo formado em Punta del Este por oito endividados países latino-americanos (entre eles o Brasil) para tentar encontrar uma solução negociada para a questão da dívida, decidiram pedir moratória de seus débitos junto a organismos e à comunidade financeira internacional.

Pela primeira vez em sua história a Colômbia suspendeu o pagamento de sua dívida externa, avaliada em US\$ 15,5 bilhões, por um prazo de noventa dias, até que o país receba um novo empréstimo, no valor de US\$ 1,7 bilhão, que irá possibilitar o pagamento dos juros e do principal da dívida até o próximo ano.

A Venezuela, por sua vez, pressionada pela queda nos preços do petróleo — na Bolsa de Londres, por exemplo, o óleo acusou uma retração de quase 12% em 1988 sobre o ano anterior —, sua principal fonte legal de divisas, resolveu interromper o pagamento do principal

de sua dívida do setor público aos bancos internacionais, estimada entre US\$ 32 bilhões e US\$ 33 bilhões.

Embora o governo venezuelano não tenha especificado o montante da dívida do setor público atingida pela moratória anunciada pelo atual presidente, Jaime Lusinchi (seu sucessor, Carlos Andrés Pérez, toma posse no próximo dia 2 de fevereiro), a decisão envolve provavelmente perto de US\$ 20 bilhões da dívida externa total do governo, que gira ao redor dos US\$ 25 bilhões.

A decretação dessas duas moratórias reforça, sem dúvida, o movimento dos países devedores, que vêm pedindo, com grande insistência, aos países industrializados uma solução política para o problema da dívida, impagável no atual esquema e principal responsável pelo aumento dos desequilíbrios comerciais e sociais entre as nações ricas e as pobres.

Outras vozes também têm defendido uma mudança no tratamento da dívida dos países em desenvolvimento. O presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush,

demonstrou o interesse do seu futuro governo em fazer uma “ampla revisão” dos atuais preceitos que regem o pagamento da dívida por parte dos países do Terceiro Mundo. Também o líder soviético Mikhail Gorbachev defendeu uma solução política para o problema, salientando, em discurso pronunciado na Assembleia Geral das Nações Unidas, que “olhando as coisas de maneira realista temos de admitir que a dívida acumulada não pode ser paga ou recuperada em seus termos originais”.

Uma revisão no tratamento da questão da dívida externa dos países em desenvolvimento também é defendida pelo Banco Mundial, que, em seu último relatório, traça um quadro sombrio para essas nações se alterações de rota do Plano Baker não forem adotadas. O banco estima que o endividamento externo dos países em desenvolvimento chegou perto de US\$ 1,3 trilhão no ano que passou, 3% superior ao saldo existente em 1987. Só o grupo de países considerados pelo Banco Mundial como “altamente endividados (dezesete no total, entre os quais, o Bra-

sil) fechou 1988 com uma dívida externa da ordem de US\$ 529 bilhões, quase 40% de toda a dívida do conjunto dos países do Terceiro Mundo.

A consequência disso é que são cada vez mais volumosas as transferências de recursos às nações ricas e às instituições financeiras internacionais. No ano passado, o Banco Mundial estima que as transferências dos “mais endividados” chegaram a US\$ 31 bilhões, para um acanhado ingresso líquido de recursos de US\$ 7,6 bilhões.

Naturalmente, qualquer esforço que os endividados façam para manter seu crescimento econômico se torna extremamente penoso e de resultados bastante duvidosos.

É por isso que essa camisa-de-força deve ser retirada com a máxima urgência, através de esquemas mais realistas que possibilitem aos países do Terceiro Mundo pagar as suas dívidas e manter o seu crescimento econômico e uma distribuição mais justa das riquezas geradas internamente.